



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM
PODER LEGISLATIVO
LEI MUNICIPAL Nº 943/2020
De 11 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL
INSTITUINDO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE BOQUIM E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM, no uso de suas atribuições que lhe são conferida por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Boquim, Estado de Sergipe, aprovou e eu Promulgo a Seguinte Lei Municipal:

TÍTULO I- DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

Art.1º - Fica instituída, nos termos desta lei, a Política Municipal de Educação Ambiental no Município de Boquim, que estabelece os princípios e os objetivos da Educação Ambiental e define as diretrizes e instrumentos para sua implantação.

Art.2º - A Educação Ambiental deverá contemplar não só a relação de causalidade, mas a independência, a interconectividade e as totalidades dos sistemas, considerando-se então como paradigma para efeito desta Lei, a visão de mundo holístico ou paradigma ecossistêmico.

Art. 3º A Educação Ambiental deve promover o desenvolvimento integral e a excelência da qualidade de vida, tendo como resultado prático a relação pacífica das pessoas consigo mesmas, com a sociedade e com o meio Ambiente, não devendo ter um caráter dogmático e/ou doutrinador e/ou repressor.

Art. 4º – A Educação Ambiental é um tema essencial e permanente de Educação, devendo estar presente de forma articulada transversal em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal, não formal e informal.

CAPÍTULO II- DAS DEFINIÇÕES

Art.5º - Para os efeitos da presente lei serão adotadas as seguintes definições:

I - Educação Ambiental – Entende-se Educação Ambiental como um tema transversal da educação que tem por objetivo o ensino, a aprendizagem, a pesquisa, a produção de conhecimento e a promoção da cultura da paz individual e coletiva que evidenciem as relações entre seres vivos, a natureza e o universo na sua complexidade;

II – Sustentabilidade – Conjunto de ações destinadas a criar, a manter e aperfeiçoar as condições de vida, visando a sua continuidade e atendendo as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que a natureza seja: mantida e enriquecida na sua capacidade de regeneração, reprodução e evolução.

III – Visão Holística – A Visão holística é a visão de mundo que contempla o estado de totalidade, integração, inter-relação e independência de todos os fenômenos, tais como os físicos, biológicos, sociais, econômicos, ambientais, culturais, psicológicos e espirituais.

IV – Qualidade de Vida – Conjunto de condições harmônicas de vida, considerando os aspectos individual, coletivo e ambientalmente integrado.

V – Educação Formal – A educação formal caracteriza-se por ser estruturada e desenvolvida em instituições próprias como escolas de educação básica e instituições de ensino superior.

VI – Educação não formal – A educação não formal pode ser definida como qualquer iniciativa educacional organizada e sistemática, que se realiza fora do sistema formal de ensino;

VII - Diplomático – Método de trabalho utilizado nas conferências da ONU, no qual as resoluções decorrem da busca pacífica na solução dos conflitos socioambientais;

VIII – Interativa – Abordagem interpessoal baseada na construção coletiva do conhecimento e numa liderança compartilhada, apoio mútuo, trocas efetivas, diálogo, coesão e inclusão social.

CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 6º - São princípios Básicos da Educação ambiental:

I - O enfoque holístico, diplomático e interativo

II – A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III – O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas transdisciplinares, que propiciem surgimento de novos paradigmas.

IV – A vinculação entre ética,a educação,o trabalho,as praticas sociais e o meio ambiente;

V – A garantia da continuidade e permanência do processo educativo;

VI – A permanente avaliação critica do processo educativo;

VII – Abordagem articulada das questões ambientais locais,regionais,nacionais e globais;e

VIII - O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

CAPITULO IV - DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Art. 7º - São objetivos fundamentais da educação ambiental.

I – O desenvolvimento da compreensão integrada do meio ambiente,nas suas múltiplas e complexas relação,envolvendo aspectos ecológicos aspectos ecológicos políticos,psicológicos,sociais,econômicos,científicos,culturais e éticos .

II – A garantia da democratização na elaboração dos conteúdos e de acessibilidade e transparência das informações ambientais.

III – O estímulo e o fortalecimento para o desenvolvimento e construção de uma consciência critica da problemática socioambiental;

IV – O incentivo à participação individual e coletiva,permanente e responsável,na preservação do equilíbrio do meio ambiente, atendendo-se defesa da qualidade ambiental como valor inseparável do exercício da cidadania;

V – O estímulo à cooperação entre as diversas regiões do Município de Boquim e da região sul e centro sul nos níveis micro e macrorregional,com vistas à construção da sociedade ambientalmente equilibrada,fundada nos princípios da sustentabilidade e baseada nos conceitos ecológicos.

VI – O fomento e fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - O fortalecimento da cidadania,auto determinação dos povos,a solidariedade e a cultura de paz como fundamentos para o futuro da humanidade.

VIII – A construção da visão holística sobre a temática ambiental,que propicie a complexa relação dinâmica de fatores como paisagem,bacia hidrográfica ,bioma,clima,processos geológicos, e ações antrópicas em diferentes recortes territoriais,considerando aspectos socioeconômico,políticos,éticos e culturais;

IX – A promoção do cuidado com a comunidade de vida ,a integridade,dos ecossistemas,a justiça econômica,a equidade social,ética e de gênero,o dialogo para a convivência e a paz.

X – A promoção dos conhecimentos de grupos sociais,que utilizam e preservam a biodiversidade; e

XI – Promover praticas de conscientização sobre os direitos e bem estar dos animais,considerando prevenção,a redução e eliminação das causas de sofrimentos físicos e mentais dos animais,a defesa dos direito dos animais e o bem estar animal.

TITULO II – DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

CAPITULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

]

Art. 8º - A Política Municipal de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação,além de órgãos e entidades integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), as instituições públicas e privadas do sistema de ensino e pesquisa,os órgãos públicos da união,do Estado ,do Município,a Secretaria Municipal de Educação,Cultura,Esporte e Lazer,a Secretaria Municipal de Agricultura,Industria e Meio Ambiente,órgãos públicos do Município de Boquim,envolvendo Conselhos Municipais,entidades do terceiro setor,as entidades de classe,os meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Art. 9º - As atividades vinculadas à política Municipal de Educação Ambiental devem ser desenvolvida na educação formal e não formal,por meio das seguintes linhas de atuação interrelacionadas:

- I. Formação dos recursos humanos
- II. Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações.
- III. Produção do material educativo
- IV. Acompanhamento e avaliação
- V. Desenvolvimento do projeto Transdisciplinar de Educação Ambiental,com anuência do corpo docente,coordenação e direção e devera estar à disposição de todo munícipe que solicitar vista.

§ 1º - Nas atividades vinculadas à Política Municipal de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixado por Lei.

§ 2º - A formação dos recursos humanos voltar-se-á para:

- I. A incorporação da dimensão ambiental durante a formação continuada dos educadores de todos os níveis e modalidade de ensino;
- II. A atualização de todos os profissionais em questão socioambientais;
- III. A preparação dos profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;e

- IV. O atendimento das demandas dos diversos segmentos da sociedade, no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º - As ações dos estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

- I. O desenvolvimento de instrumentos e metodologias, incorporando a dimensão socioambiental de forma transdisciplinar nos diferentes níveis de ensino, promovendo a participação das populações interessadas na formulação e execução de pesquisas na questão socioambiental;
- II. A difusão dos conhecimentos e das informações sobre a questão socioambiental;
- III. A busca das alternativas curriculares e metodológicas da capacitação socioambiental; e
- IV. O apoio a iniciativas e experiências locais e regionais com a produção do material educativo.

CAPÍTULO II – DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art.10 - São diretrizes da Política Municipal de Educação Ambiental:

- I. Promover a participação da sociedade nos processos de educação ambiental;
- II. Estimular as parcerias entre os setores público, privado, terceiro setor, as entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade em projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida da população;
- III. Fomentar parcerias com o terceiro setor, institutos de ensino e pesquisa, visando à produção, divulgação e disponibilização do conhecimento científico e à formulação de soluções tecnológicas ambientalmente adequadas às políticas públicas de Educação Ambiental;
- IV. Promover a inter-relação entre processos e tecnologias da informação e da comunicação, e as demais áreas do conhecimento, ampliando as habilidades e competências, envolvendo as diversas linguagens e formas de expressão para a construção da cidadania;
- V. Fomentar e viabilizar ações educativas nas unidades de conservação, parques e em outras áreas verdes destinadas à conservação ambiental;
- VI. Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.
- VII. Propor e oferecer instrumentos para a eficácia e efetividade desta lei;
- VIII. Promover a formação continuada, a instrumentalização e o treinamento de professores e dos educadores ambientais;
- IX. Facilitar o acesso à informação de inventário dos recursos naturais e culturais do Município de Boquim.

- X. Desenvolver ações articuladas com cidades integrantes da região sul e centro sul de Boquim, com os governos estadual e federal, visando equacionar e buscar solução de problemas de interesse comum no quesito educação ambiental.

CAPITULO III – DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL.

Art.11º - entende-se por Educação Ambiental no ensino formal a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições escolares públicas e privada, englobando:

- I. Educação básica: infantil, fundamental e média
- II. Educação técnica e tecnológica; e
- III. Educação especial

Art.12º - A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º - Educação Ambiental não deve ser implantada como uma disciplina específica no currículo escolar,

Art.13º - A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação dos professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

§ 1º - os professores em atividade devem receber formação complementar na sua área de atuação, com propósito de atenderem adequadamente ao cumprimento dos princípios, objetivos e diretrizes da Política Municipal de Educação Ambiental;

§ 2º - A direção e a coordenação das instituições de ensino deverão dar ciência ao corpo docente sobre a lei, a cada ano letivo, no planejamento, incentivando a elaboração dos projetos políticos pedagógicos transdisciplinares.

Art.14º - A autorização e a supervisão do funcionamento das instituições de ensino e dos seus cursos, nas redes públicas e privadas, observarão o cumprimento do disposto nos artigos 12º e 13º desta Lei.

CAPITULO IV – DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO NÃO FORMAL.

Art. 15º - No desenvolvimento da Educação Ambiental não formal e na sua organização, o Poder Público, em nível municipal, incentivará.

- I. A difusão, através dos meios de comunicação, de programas educativos e das informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;
- II. A participação das escolas, universidades, organizações governamentais e não governamentais na formulação e execução de programa e atividades da Educação Ambiental não formal.

- III. A participação das empresas públicas e privadas no desenvolvimento dos programas de Educação Ambiental em parceria com escolas, universidades, organizações governamentais e não governamentais, cooperativas e associações legalmente constituída; e
- IV. O trabalho de sensibilização junto à população

TITULO III – DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Art. 16º - A política Municipal de Educação Ambiental será executada por instituições Públicas e Privadas e órgão Públicos do Município de Boquim, envolvendo Conselhos Municipais, as entidades do terceiro Setor, entidades de classe, os meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Art. 17º - Como parte de um processo educativo amplo, a Educação Ambiental se realizará pela contribuição das varias instituições, na forma desta Lei, incubindo:

- I. Ao Poder Público, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e dos órgãos da administração pública, bem como engajamento da sociedade nas questões socioambientais;
- II. Às instituições educativas, promover a Educação Ambiental de maneira integrada aos projetos e programas curriculares que desenvolvem;
- III. Aos Conselhos Municipais, promover o engajamento da sociedade nas ações da Educação Ambiental, bem como através de suas deliberações;
- IV. Às empresas e entidades de classe, promover os programas destinados aos profissionais para incorporar o conceito da sustentabilidade ao ambiente de trabalho, nos processos produtivos e na lógica reversa;
- V. Aos órgãos de comunicação, públicos e privados, promover a Educação Ambiental através das diversas mídias.

Art. 18º - Para a consecução da Política Municipal de Educação Ambiental serão utilizados os seguintes instrumentos de gestão.

- I. Plano Municipal de Educação Ambiental;
- II. Capacitação de recursos humanos;
- III. Produção e divulgação de material educativo;
- IV. Inventário e diagnósticos das ações;
- V. Acompanhamento e avaliação, por meio de indicadores;
- VI. Mecanismo de incentivos;
- VII. Fontes de financiamento; e
- VIII. Parcerias.

§ 1º - O plano Municipal de Educação Ambiental será instituído mediante um Decreto, de forma participativa e revisão periódica.

§ 2º - Os programas, projetos e ações constantes do Plano Municipal de Educação Ambiental serão financiados por recursos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, quando se relacionarem com ensino público municipal.

§ 3º - Os programas, projetos e ações constantes do Plano Municipal de Educação Ambiental serão financiados pelos recursos do erário municipal, através do Fundo Municipal do Meio Ambiente ou de fontes financiamentos, quando se relacionarem com outras ações de cunho ambiental.

Art. 19º - A eleição dos planos e programas, para fins de alocação dos recursos públicos vinculados à política Municipal de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios.

- I. Conformidade com princípios, objetivos e diretrizes desta Lei;
- II. Prioridade aos órgãos integrantes da secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- III. Economicidade medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar, a qualidade do processo educacional e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

§ 1º - Na eleição que se refere o caput deste artigo devem ser contemplados de forma equitativa: planos, programas e projetos dos diferentes distritos do município de Boquim e da Região Centro sul de Boquim.

§ 2º - A legislação orçamentária, tributária e ambiental deverá incorporar as diretrizes e prioridades contidas nesta Lei.

§ 3º - Uma parte dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente serão destinados prioritariamente para Educação Ambiental não formal, sem prejuízo da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 20º - Os planos, programas e ações devem identificar os problemas ambientais do Município de Boquim em relação a;

- I. Áreas verdes nas escolas e na região
- II. Conhecimento e combate à poluição em todas as suas formas (ar, solo, água, eletromagnética).
- III. Adensamento populacional na região;
- IV. Grau de inclusão social;
- V. Saneamento básico nas escolas e na região;
- VI. Trânsito e transporte público na região ;
- VII. Proteção dos bens ambientais (solo, subsolo, fauna, flora, ar, água)
- VIII. Políticas de urbanização da cidade e da região;
- IX. Conhecer as ações ambientais previstas no Plano Diretor e as principais normas sobre o meio ambiente em todas as suas formas;

- X. Avaliar ações ambientais propostas pelos movimentos em defesa do meio ambiente, em especial as previstas na Agenda 21;
- XI. Ações relacionadas a reciclagem de resíduos;
- XII. Proteção das águas e medidas para o combate à escassez hídrica;
- XIII. Sensibilização aos modelos de consumo e padrão civilizatório da sociedade;
- XIV. Outras questões ou fatores ambientais.

Art. 21º - Os programas de assistência técnica e financeira relativas a meio ambiente e educação, em nível municipal, devem alocar recursos às ações de Educação Ambiental.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS.

Art. 22º - O poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 23º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Boquim 11 de Agosto de 2020



Jose Roberto Fernandes Chaves
Presidente